

# Colégios esclarecem dúvidas por telefone

131

Tina Coelho

Os pais e alunos dos colégios e faculdades particulares de Brasília já têm à sua disposição um serviço para esclarecer dúvidas com relação à legislação das mensalidades escolares. O Sindicato das Escolas Particulares (Sinepe) lançou ontem o "Disque-Escola", através do qual serão recebidas críticas, denúncias e sugestões para a rede particular de ensino, bem como prestadas informações sobre mensalidades e resolvidos os possíveis conflitos entre pais e diretores.

O presidente do Sinepe, Oswaldo Saenger, garantiu que embora o atendimento seja feito pelas escolas, o serviço será isento e confiável. "Se não formos honestos, o serviço não vai durar", argumentou Saenger, lembrando que a idéia é resolver todas as questões apresentadas pelos usuários e o que não for possível "passar adiante" — se for o caso, para a Justiça. A intenção dos diretores foi criar um canal de comunicação entre os pais e a escola, melhorando o relacionamento. "Nós viemos de muitos conflitos entre diretores e pais, por causa de uma legislação mal elaborada e instável", ressaltou.

Antes mesmo do lançamento oficial do "Disque-Escola", os funcionários que vão atuar no atendimento já receberam cerca de 300 chamadas entre segunda e terça-feira. Os pais queriam saber informações sobre o decreto nº 2.300/41 (que concede descontos especiais a quem tem mais de três filhos na mesma escola) — revogado por um parecer da Procuradoria-Geral da República —, a respeito de preços das mensalidades e das matrículas na rede pública. Outra curiosidade foi sobre o funcionamento do "Disque-Escola".

O "Disque-Escola" atende pelo telefone 245-7373, entre 8h00 e 18h00, com um tronco de quatro linhas. "Conforme a demanda pode-



**Saenger garante isenção**

remos aumentar o número de linhas", adiantou Saenger. Duas pessoas estarão atendendo aos usuários — um advogado e administrador escolar e uma relações públicas. O serviço deverá dar uma solução às questões apresentadas pelos pais em no máximo 24 horas, consultando-se a assessoria jurídica do Sinepe, o código de Defesa do Consumidor e a lei nº 8.170 (que trata das mensalidades). "Com isso, esperamos resolver uma série de problemas que poderiam ser solucionados no âmbito da escola, sem chegar a outras instâncias", afirmou.

O serviço inédito no País foi lançado com a presença do secretário Nacional de Direito Econômico, Salomão Rotenberg. Ele destacou que a central é um serviço de mão dupla, onde as escolas oferecem um serviço e os pais devem usá-lo sempre que possível. Rotenberg espera que os demais estados brasileiros sigam o exemplo de Brasília, uma vez que a criação de sistemas de defesa do consumidor é uma das propostas da secretaria.